



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DO DEPUTADO RONALDO MEDEIROS

Projeto de Lei nº \_\_\_\_/2024

INSTITUI A POLÍTICA DE  
ENFRENTAMENTO À OBESIDADE  
INFANTOJUVENIL NO ÂMBITO DO  
ESTADO DE ALAGOAS, POR MEIO DA  
PROMOÇÃO DE AMBIENTES  
SAUDÁVEIS EM ESCOLAS PÚBLICAS E  
PRIVADAS, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

Asssembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2542/2024  
Data: 24/10/2024 - Horário: 17:39  
Legislativo

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA:

**Art. 1º** – Fica instituída, no âmbito do Estado de Alagoas, a Política de Enfrentamento à Obesidade Infantojuvenil, com o objetivo de promover hábitos alimentares saudáveis, práticas de atividades físicas e a conscientização da sociedade sobre os riscos da obesidade para crianças e adolescentes.

**Art. 2º** – As diretrizes da Política de Enfrentamento à Obesidade Infantojuvenil são:

- I – distribuição de materiais educativos e informativos nas escolas públicas e privadas de ensino infantil e fundamental;
- II – conscientização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes sobre a importância de uma alimentação saudável e a prevenção de doenças relacionadas à obesidade;
- III – promoção de atividades físicas e esportivas voltadas para crianças e adolescentes;
- IV – capacitação de profissionais da educação e da saúde para abordar o tema da obesidade infantil, promover alimentação saudável e incentivar a prática de atividades físicas;
- V – estabelecimento de parcerias com profissionais de saúde para orientação nutricional e acompanhamento das crianças e adolescentes;
- VI – incentivo à inclusão de alimentos saudáveis e nutritivos nas merendas escolares, conforme disposto no Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae;
- VII – monitoramento e avaliação periódica dos resultados das ações implementadas no âmbito desta política.



**Art. 3º** – Ficam proibidas a venda e a oferta de bebidas e alimentos ultraprocessados nas escolas públicas e privadas de ensino infantil e fundamental no Estado de Alagoas.

**Parágrafo único** – Consideram-se alimentos ultraprocessados aqueles cuja fabricação envolve diversas etapas e técnicas de processamento, com o uso de ingredientes de uso industrial, conforme o Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde.

**Art. 4º** – O não cumprimento do disposto nesta Lei acarretará nas seguintes sanções:

I – notificação para regularização no prazo de dez dias;

II – advertência;

III – multa diária de 300 (trezentas) UPFALs para escolas privadas que não regularizarem a situação, até que a irregularidade seja sanada.

**Parágrafo único** – Os recursos provenientes da aplicação das multas serão destinados a programas de combate à obesidade infantil e à promoção de alimentação saudável nas escolas públicas e privadas.

**Art. 5º** – São objetivos da Política de Enfrentamento à Obesidade Infantojuvenil:

I – reduzir a prevalência da obesidade entre crianças e adolescentes;

II – fomentar a adoção de hábitos alimentares saudáveis e a prática de atividades físicas;

III – envolver a sociedade, os pais e responsáveis no combate à obesidade infantil;

IV – garantir o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito desta política, promovendo ajustes quando necessário.

**Art. 6º** – Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei, estipulando os prazos e formas de adequação das escolas públicas e privadas às disposições previstas.

**Art. 7º** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**, em Maceió, 21 de outubro de 2024.

**RONALDO MEDEIROS**  
Deputado Estadual

Assinatura manuscrita em azul, localizada no lado direito da página.



**ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DO DEPUTADO RONALDO MEDEIROS**

**Justificativa**

A obesidade infantojuvenil é um problema de saúde pública que vem crescendo no Brasil e no mundo, trazendo sérias implicações para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, além de aumentar os riscos de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. Estudos mostram que a alimentação inadequada, associada ao sedentarismo, é uma das principais causas da obesidade infantil.

Esta proposição visa criar um ambiente mais saudável nas escolas de Alagoas, proibindo a venda de alimentos ultraprocessados e promovendo a educação nutricional. Além disso, a capacitação de profissionais e o monitoramento constante das ações são essenciais para garantir a efetividade da política. Tal medida é imprescindível para que possamos formar uma geração mais saudável, consciente dos benefícios de uma boa alimentação e da prática regular de atividades físicas.

Ao incentivar hábitos saudáveis desde a infância, o Estado de Alagoas contribuirá significativamente para a melhoria da qualidade de vida de suas crianças e adolescentes, promovendo um desenvolvimento sustentável para as futuras gerações.

Diante de todo o exposto, a aprovação deste projeto de lei é de suma importância para garantir a qualidade das crianças e adolescentes do nosso estado, contando assim com o apoio dos nobres pares.

  
**RONALDO MEDEIROS**  
Deputado Estadual